
REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 28 No. 2 2015

ARTIGO

NA BEIRA DA CAVA: ARQUEOLOGIA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E DIREITOS HUMANOS EM SERRA PELADA, PARÁ, AMAZÔNIA

Marcia Bezerra*

RESUMO

Neste texto discuto a arqueologia de contrato na Amazônia brasileira e sua relação com o patrimônio e as comunidades locais, considerando as assimetrias produzidas pelos projetos de desenvolvimento de larga escala legitimados pelo Estado e reificados pela arqueologia. Ao examinar um projeto de educação patrimonial, concluo que tais iniciativas, ao invés de promoverem a inclusão social a partir do patrimônio, podem, de fato, aprofundar as desigualdades. Este estudo de caso reflete sobre os impactos dessas ações em Serra Pelada, uma vila de garimpeiros/as de ouro, na qual a dramática violação dos direitos humanos demonstra que o papel da arqueologia está além de seus contornos epistêmicos. **Palavras-chave:** arqueologia de contrato, Amazônia, Serra Pelada.

ABSTRACT

This paper discusses the contract archaeology in Brazilian Amazon and its connection with heritage and local communities, considering the asymmetries produced by the large scale development projects, legitimated by the State and reified by archaeology. Analyzing a heritage education project, we conclude that such initiatives, instead of promoting social inclusion from the heritage, they can, in fact, increase inequalities. This study reflects on the impacts of this actions at Serra Pelada, a gold miners village, in which the dramatic violation of human rights demonstrate that the role of archaeology is beyond its epistemic contours.

Key words: contract archaeology, Amazon, Serra Pelada.

* Universidade Federal do Pará. Endereço para correspondência: Programa de Pós-Graduação em Antropologia/PPGA/IFCH/UFPA - R. Augusto Corrêa, 1 - Guamá, Belém - PA, 66075-110. E-mail: marciabezerrac14@gmail.com.

INTRODUÇÃO^{1 2}

L: Os objetos agem sobre as pessoas.

A: Imagina o ouro!

O trecho que abre este artigo reproduz o diálogo travado entre um arqueólogo (L) e um morador (A) da Vila de Serra Pelada, na Amazônia brasileira, durante curso de arqueologia oferecido aos professores da pequena comunidade de garimpeiros/as de ouro, no sul do estado do Pará. O curso ministrado na escola da vila fazia parte de projeto de educação patrimonial (EP daqui em diante) que coordenei no âmbito de projeto de arqueologia de contrato (AC daqui em diante) conduzido pela Universidade Federal do Pará entre 2011 e 2012 (SCHAAN, SANTOS & OLIVEIRA, 2011; SCHAAN & LIMA, 2011). A epígrafe deste texto é uma epifania das relações estabelecidas na esfera dos projetos de arqueologia preventiva que, ao confluírem distintas visões de mundo, criam e são simultaneamente criados por um emaranhado de interesses sociais, culturais, políticos e econômicos. De um lado, os pesquisadores afirmam a agência das coisas (do passado) sobre as pessoas (do passado e do presente); de outro, os moradores locais indicam a centralidade das coisas (do passado e/ou do presente) que lhes importam. No caso aqui tratado a *materialidade nuclear* é o ouro. Essa dinâmica também está formada por outros sujeitos: os empreendedores e o Estado que, por vezes, configuram a mesma entidade.

O ouro – amálgama da vida dos/as garimpeiros/as - é, ao mesmo tempo, a matéria substantiva e a metáfora. Como *coisa* em si tem valor definido por seus atributos físicos, que são significados, contudo, a partir de “juízo feito sobre eles pelos sujeitos” (APPADURAI, 1986:3, *tradução minha*). Esses sujeitos gravitam em torno de uma *coisa* que atua no centro dessas relações como catalizadora de suas posições de poder. Sua força centrípeta delinea o campo político ou - como Bourdieu (2002: 9) assinalou sobre a formação do campo cultural - “*constituye un sistema de líneas de fuerza*” que se rearranjam de acordo com as situações postas. Na Vila de Serra Pelada, a agência do “ouro” provoca um realinhamento dessas forças, criando e acirrando conflitos dos quais a arqueologia faz parte. Nesse sentido, parafraseando Acselrad (2004: 9), é *necessário situar a arqueologia dentro dos conflitos sociais*. Nos domínios de AC esse exercício é fundamental, visto que é nessa esfera que nossa prática tem sido apropriada pelo capitalismo como uma mercadoria, retirando a importância dos conflitos dos quais participa, especialmente suas relações com as comunidades locais. A maioria dos conflitos surge como efeito colateral da mercantilização disciplinária, na qual a eficiência técnica já não é o meio, mas o fim (HABER, 2010). De fato, as práticas profissionais estão impregnadas de tecnicismos de todo tipo e avançam sobre as relações que se produzem entre arqueólogos e comunidades locais. Na AC o

¹ Este artigo foi escrito antes da publicação da Instrução Normativa n. 1, de 25 de Março de 2015, que alterou os procedimentos para a condução dos projetos de arqueologia e, em consequência, dos projetos de Educação Patrimonial, no âmbito do licenciamento ambiental no Brasil. Assim sendo, o conteúdo da IN não foi tratado neste texto.

² Pesquisa realizada no âmbito do “Programa de Prospecções e Educação Patrimonial em Serra Leste, Curionópolis/PA”, coordenado pela arqueóloga Denise Pahl Schaan por meio de parceria entre a FADESP/UFPA e a Vale.

conhecimento é uma mercadoria dissimulada como um bem e oferecida aos moradores de áreas impactadas pelos projetos de desenvolvimento, dos quais se espera a colaboração na preservação do patrimônio como forma de obrigação recíproca. Essa paisagem de assimetrias é construída pelos projetos de desenvolvimento legitimados pelo Estado e reificados pelos arqueólogos por meio de um aparato técnico e de programas de educação – eufemismos para o controle e a domesticação. As ações de EP dirigidas para essas comunidades podem, ainda que inadvertidamente, acirrar essas assimetrias, tornando-se um instrumento a favor da manutenção do *status quo*.

Ribeiro (2008: 109), ao refletir sobre as redes de poder no campo dos projetos de desenvolvimento, assume: “entendo desenvolvimento como a expansão econômica adorando a si mesma. Isso significa que precisamos conhecer o sistema de crença que subjaz a essa devoção assim como as características do campo de poder que a sustenta”. Para isso, devemos refletir sobre o nosso papel na legitimação dessa “devoção” e na constituição das “linhas de força” (BOURDIEU, 2002: 9) que sustentam a AC. Ao analisar a minha intervenção em um projeto de EP em Serra Pelada vou além dos debates sobre as relações entre as comunidades locais e o patrimônio arqueológico para estimular um debate em torno de nossos valores éticos mais amplos. De fato, os acontecimentos de Serra Pelada revelam que o papel da arqueologia vai muito além de suas pretensões epistêmicas neutras.

ARQUEOLOGIA, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL

O desenvolvimento desenvolve a desigualdade

Eduardo Galeano (1982:14)

A arqueologia tem se convertido em um instrumento requerido pelo Estado e pelos empreendedores e se tornado cada vez mais dependente dos projetos de desenvolvimento, reforçando uma perspectiva econômico-utilitária do patrimônio (WASSILOWSKY, 2013:77). A relação da arqueologia com o desenvolvimento tem transformado a disciplina em uma mercadoria, um instrumento burocrático da expansão capitalista em contextos pós-coloniais (HABER, 2010:16). A maior parte das investigações arqueológicas levadas a cabo, atualmente, na América do Sul está relacionada com a AC. Em alguns países, esses projetos representam entre 70 e 95% de todas as atividades arqueológicas (BEOVIDE & CAPORALE, 2009; LONDOÑO, 2013; STANCHI, 2013; ZANETTINI, 2009). Em termos gerais, os projetos de AC – e, como é o caso do Brasil, também os projetos de EP – estão submetidos aos cânones do licenciamento ambiental e conectados com a lógica e consequências do desenvolvimento (ZARANKIN & PELLINI, 2012). O licenciamento é uma tecnologia burocrática cujos inevitáveis efeitos revelam, como afirmam Zhouri & Gomes (2007: 105), que se trata de “um instrumento decisório que expressa as dinâmicas do chamado campo ambiental”, invisibilizando as comunidades

afetadas e alçando à condição de protagonistas os agentes meramente interessados na negociação (ZHOURI, 2007:3).

No Brasil, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, tem como objetivo promover o desenvolvimento por meio de investimentos em obras de infraestrutura destinados à construção de hidrelétricas, termoelétricas, gasodutos, aeroportos, portos, ferrovias, rodovias e plataformas de petróleo, entre outros (BRASIL, 2013). Os ícones da propaganda do PAC são três das maiores hidrelétricas do mundo, todas localizadas na Amazônia: duas no estado de Rondônia (RO): Santo Antônio e Jirau; e a terceira no Pará (PA): Belo Monte. Esse aparente triunfo do desenvolvimento é inversamente proporcional aos danos causados ao meio ambiente, em particular às populações locais e ao patrimônio; supõe-se que este último, ironicamente, seja um dos beneficiários do desenvolvimento.

A aceleração do PAC impõe um cronograma muito apertado para as construções e para as pesquisas arqueológicas. Somadas a isso, a falta de estrutura do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (Borges, 2013) e a burocratização das pesquisas, transformam a AC em uma arena na qual a “racionalidade técnico-científica” serve aos discursos de progresso e desenvolvimento (CATULLO, 2006: 25). As populações atingidas são desqualificadas, marginalizadas e culpabilizadas pela sua inabilidade de organização e de autossustentação (CATULLO, 2006: 25) e, ainda, são consideradas ignorantes de seus patrimônios, os quais lhes serão apresentados pelo “discurso competente” (ver CHAUI, 2000).

Nos projetos de desenvolvimento no Brasil, especialmente, as obras públicas de grande escala operam uma complexa rede de relações de poder, segundo Ribeiro (1987: 8-17), em três dimensões interconectadas: *o gigantismo, o isolamento e a temporalidade* (RIBEIRO, 1987:8; CATULLO, 2006: 25). Gigantismo, devido à monumentalidade de obras que implicam grandes áreas, exploração de vastos recursos naturais, participação de grandes corporações e uma quantidade significativa de capital e trabalho. O isolamento tem mais a ver com os aspectos econômicos e sociais do que com questões geográficas. A força de trabalho é normalmente contratada em outras regiões porque os trabalhadores locais não cumpriram os padrões exigidos; seu isolamento, portanto, favorece o poder das empresas, que controlam um território sujeito à lógica econômica do projeto. A temporalidade se refere ao cronograma da obra. Os projetos se desenvolvem, normalmente, de acordo com um calendário muito apertado (RIBEIRO, 1987:8-17; CATULLO, 2006:25).

Essa dinâmica é ativada mediante um “triângulo institucional” (RIBEIRO, 1991:44-45) composto, no caso da arqueologia, pelo Estado, pelos empresários e arqueólogos (parte de empresas de consultoria ou universidades). As populações locais se situam fora dessa estrutura, pois que nessa perspectiva não são um corpo coeso, mas partes desorganizadas e desagregadas para as quais o “triângulo institucional” oferece a “modernização de suas regiões ou áreas atrasadas” (CATULLO, 2006: 26, *tradução minha*). Assim, de “sujeito de suas próprias vidas, essas populações se tornam sujeitas a elites técnicas prescientes” (RIBEIRO, 2008: 122, *grifo meu*) formadas, no caso da arqueologia, pelos

pesquisadores e sua *expertise*, pretenciosamente autorrepresentados como redentores do passado, da história e da cultura dessas comunidades. A arqueologia participa desse sistema não somente desempenhando sua competência técnica específica (a investigação do registro arqueológico), mas, também, mediante a realização de atividades paralelas com as comunidades afetadas. Esse é o caso do Brasil, onde a EP está, desde 2002, vinculada aos projetos de licenciamento ambiental, em decorrência de normativa do Estado³. O discurso preservacionista do Estado se serve dos projetos de EP para promover a padronização da percepção da cultura material e do passado (BEZERRA, 2012, 2013). Esse descompasso tem norteado as perspectivas sobre as relações que as comunidades locais estabelecem com o patrimônio arqueológico no Brasil. As tensões provocadas têm sua matriz na lógica subjacente à noção de patrimônio – uma categoria forjada pelo Estado – cuja natureza substantiva é contrária aos processos de autorrepresentação e de construção de identidades. Em muitos casos, o processo de patrimonialização desconsidera “o fato de que um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado” (GONÇALVES, 2005: 19). O gerenciamento do patrimônio arqueológico é considerado, unicamente, sob um ponto de vista técnico-utilitário. Contudo, uma vez que isso ocorre em um contexto amplo essa “imagem pública”⁴ da arqueologia está selada por meio de um pacto social, em que o Outro deve ser incluído. Essa configuração indica algo que é acidental, episódico, algo suspenso e desconectado da prática arqueológica.

A educação e a arqueologia são formas de intervenção no mundo. Seu papel como instrumento de ação política tem sido discutido por educadores e arqueólogos (APPLE, 2003; FUNARI, ZARANKÍN & REIS, 2008; LITTLE & SHACKEL, 2007; MCGUIRE, 2008; SABLOFF, 2008), cujas críticas têm sido ignoradas. De fato, ainda que o crescimento exponencial da AC no Brasil também tenha aumentado o número de projetos de EP, estes recebem pouca atenção. As ideias, atividades e resultados de dezenas de projetos são somente conhecidos pelas pessoas diretamente envolvidas. Os materiais produzidos no âmbito de vários desses projetos revelam muitos problemas: linguagem inadequada, extrema simplificação dos conteúdos, desprezo pelas histórias locais e falta de perspectiva crítica (BEZERRA, 2010; SCHAAN, 2007). As comunidades locais sofrem os efeitos colaterais dos programas de EP, supostamente amenizados por folhetos e “kits educativos” sem sentido (HILBERT, 2006). O principal efeito colateral é a ideia de que os programas de EP servem para educar a gente sem educação, neste caso sobre o seu próprio patrimônio. Essa concepção está supostamente inspirada no trabalho de Paulo Freire (1999, 2002), um notável educador brasileiro que acreditava no poder

³ Portaria nº 230 de 17 de dezembro de 2002, publicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que dispõe sobre as pesquisas arqueológicas desenvolvidas no âmbito do licenciamento ambiental. Ver <http://portal.iphan.gov.br> Ver nota 1.

⁴ Ainda que toda a arqueologia seja “pública” (Bezerra de Menezes, 2007) a necessidade de classificar e nomear “tipos” de arqueologia originou adjetivações contemporâneas como ação (Sabloff, 2008), colaborativa (Silva, Bepalez & Stuchi, 2011), participativa (Pyburn, 2009), indígena (Gnecco & Ayala, 2010), comunitária (Marshall, 2002) e simétrica (Cabral, 2014). Essas denominações são como alegorias da disciplina.

libertador da educação e na sua natureza eminentemente política. O uso equivocado de suas ideias tem levado ao pensamento de que o “outro” é “(...) alguém incapaz de lidar (...) com sua própria cultura (...) e por isso precisa ser educado” (ROCHA, 2005: 16). Então, os analfabetos acabam recebendo uma espécie de “transfusão alienante” (Freire 2002: 17). Supõe-se que esse tipo de educação promoverá a democratização, a valorização e a preservação das culturas locais, criando assim as condições para que “(re) conheça o valor da própria cultura” (CORRÊA, 1979: 244). Esses objetivos também se encontram nos documentos produzidos pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), programa governamental da década de 1960, durante o regime militar, para a integração do país, na medida em que os analfabetos eram vistos como cidadãos marginais que deveriam se integrar na sociedade (OLIVEIRA, 1989: 104). Ao contrário de Freire, que pregava a importância das diferenças no processo educativo, o MOBRAL - e os programas de EP - pretendia legitimar a desigualdade ao privar as populações locais de suas próprias perspectivas, impondo uma leitura acadêmica e vertical de sua história. Não pretendo fazer uma comparação anacrônica entre o Mobral e a EP, mas mostrar que os programas de EP, se elaborados de forma acrítica, podem contribuir para racionalizar a intervenção, instrumentalização e alienação das comunidades locais. Esse uso distorcido das ideias de Freire no âmbito da AC e, por conseguinte, na EP reproduz uma violência simbólica contra as comunidades as quais suas ações estão destinadas, ainda mais quando se encontram em situação de vulnerabilidade cultural, econômica e social. De fato, seus direitos são violados de forma rotineira. A gramática estruturante do patrimônio viola os direitos locais já que se referem a “essa língua oficial mais do que com as questões que envolvem a injustiça moral e social”, como assinala Hodder (2010: 864, *tradução minha*); nesta ordem o patrimônio é falado por uma linguagem “por meio da qual o Estado critica o outro, mas não a si mesmo” (HODDER, 2010: 864, *tradução minha*).

O DIREITO ÀS HISTÓRIAS: OS/AS GARIMPEIROS/AS DA VILA DE SERRA PELADA

A Vila de Serra Pelada, localizada no sul do Estado do Pará e ao norte do Brasil, está formada, majoritariamente, por garimpeiros/as e suas famílias. Na década de 1980, a exploração do ouro causou uma explosão demográfica na região, quando o Garimpo de Serra Pelada, controlado pela ditadura militar, ficou conhecido como “formigueiro-humano”, uma alusão aos milhares de homens que, diariamente, se amontoavam nos barrancos e escadas, arriscando suas vidas na busca pelo ouro. Segundo estimativas, em 1983, havia 80.000 homens trabalhando no garimpo. Entre os anos de 1980 e 1990, o garimpo, que foi fechado definitivamente em 1992, produziu 48 toneladas de ouro (MATHIS, BRITO & BRÜSEKE, 1997). Atualmente, a companhia mineradora Vale⁵ controla as atividades de exploração.

⁵ A Rio Doce Geologia e Mineração S/A foi fundada em julho de 1971 pela Companhia Vale do Rio Doce – CVRD para realizar pesquisas minerais. Era subsidiária integral da CVRD e tinha autorização do governo federal para comercializar, com exclusividade, o ouro do garimpo de Serra Pelada. A CVRD – empresa de capital misto - foi criada pelo presidente

A situação política na Vila é tensa e muito conflituosa. Na rua principal, formada por casebres de madeira empoeirados, surpreende o grande número de associações e cooperativas - uma “paisagem de resistência”. Os moradores são muito reticentes em relação a projetos de maneira geral, já que se sentem excluídos, com seus direitos violados e não creem nos discursos externos de colaboração. Os/as garimpeiros/as continuam vivendo na Vila, muitos há trinta anos, por falta de opção de moradia e de trabalho, mas, sobretudo, pela esperança de que o operador da mina, a Vale (uma empresa grande e poderosa), os recompense pela perda de seus postos de trabalho e de seus proventos. A miséria somada à insegurança, à falta de perspectiva e ao sentimento de exclusão alternam os relatos que escutei sobre o seu passado. Ora melancólicas, ora revoltosas, elas sempre têm como ponto de partida o garimpo: os anos “dourados”, a descoberta da primeira pepita, a perda da família, as doenças decorrentes da manipulação do mercúrio, a pobreza, a vergonha ou a desilusão. Nesse contexto, as referências a elementos que os conectariam ao patrimônio arqueológico são embaçadas. No seu lugar emergem outras paisagens mais significativas, não arqueológicas e mais mundanas. O passado remoto da arqueologia não tem ressonância para essas comunidades, cujo passado mais recente está suspenso, projetando-se no presente como um peso. Falar de patrimônio arqueológico pré-colonial em um contexto como esse, como fazem os programas de EP, é atuar em um “vazio semiótico”⁶. A EP e o discurso da AC não têm sentido para uma realidade constituída pelas narrativas dos/as garimpeiros/as que recriam o passado da mineração, sua arqueologia.

Ao longo do trabalho de campo pedi que os/as garimpeiros/as falassem sobre as coisas – além do ouro – que mais lhe importassem. Enquanto contavam seus relatos, os/as garimpeiros/as revelaram a agência da cultura material com a qual interagem, no passado e no presente. Ao recordar a sua vida cotidiana na mina, entrelaçaram narrativas e o repertório material como uma prova de seu pertencimento a uma comunidade que trabalhava no passado. Da mesma maneira, os lugares que evocam suas vidas são referidos como testemunhos de sua presença e trabalho durante décadas. Como resultado desses encontros históricos, os/as garimpeiros/as revelaram o desejo de ver suas histórias contadas. Essa demanda de uma arqueologia de sua vida não é somente uma preocupação histórica, está vinculada à sua identidade e à legitimação de seus direitos. Eckert (2012: 19), ao tratar de uma comunidade de mineiros de carvão na França, afirma “Hoje, sem a mina, foi a profissão que desapareceu, e com ela valores de referência de um grupo, de uma prática social e um modo de vida”. Em Serra Pelada, a profissão vive em/pelas histórias e objetos, o que tem profundas implicações para a construção da identidade de “ser garimpeiro”, para a coesão da comunidade e para a proteção de seus direitos.

A pesquisa etnográfica realizada em Serra Pelada revelou o estatuto da cultura material na constituição da identidade dos/as garimpeiros/as. Nesse

Getúlio Vargas, em 1942, por meio de Decreto-Lei Nº 4.352. A companhia foi privatizada em 1997. Em novembro de 2007, a CVRD passou a se chamar Vale (LAMEGO, 2012). A Vale foi eleita a empresa com a pior atuação do mundo, relativa aos direitos humanos e ao meio ambiente, pelo “Public Eye People’s”, premiação realizada pelo Greenpeace da Suíça e pela ONG Declaração de Berna (G1, 2013).

⁶ Gnecco, *com.pess.*, 2015.

sentido, frases como “Se eu não tiver a minha bateia, quem vai dizer que sou garimpeira?” (D. Raimunda) apontaram para a centralidade de ferramentas e de documentos como sinais diacríticos do ser garimpeiro e como elementos de discursos para reclamar seus direitos (BEZERRA & RAVAGNANI, 2013). Suas biografias são mobilizadas no reconhecimento da sua força de trabalho, que está selada em seus documentos de trabalho amarelados pelo tempo, mas sempre à mão; nos instrumentos que utilizavam na época do garimpo, principalmente as bateias; e nas narrativas apresentadas com detalhes de quem quer mostrar que “foi assim que aconteceu e que estava lá”. Os relatos dos/as garimpeiros/as constituem um rico corpus memorial ao qual se agarram com força, já que a exploração atual da mina – mecanizada – pode dar lugar ao deslocamento e, finalmente, ao desaparecimento completo de seus lugares de memória. Uma perda que transcende a questão meramente econômica, como ressalta Eckert (2012: 19), citando Schwartz (1990: 11): “a mina não foi somente um dado econômico”, mas “o que gostaríamos de chamar de um fato social total”.

Assim, assumindo que os discursos do patrimônio devem considerar os direitos humanos e que o patrimônio, ou o que essa categoria signifique localmente, vive nas narrativas dos/as garimpeiros/as, organizei, com Luis Ravagnani, um livreto que conta a história de Serra Pelada por meio das narrativas de nossos interlocutores. O conteúdo tem a ver com seus relatos sobre a mina, não com o patrimônio arqueológico pré-colonial da região. A recepção do folheto distribuído na vila sugere que a arqueologia, se entendida como um “fenômeno sociocultural” (CASTAÑEDA, 2008), pode e deve servir para discutir os direitos das comunidades afetadas pelos projetos de desenvolvimento. Essa pequena publicação não tem o efeito emancipador, mas se alinha a ideia de Ayala (2007: 155) de que “*es necesario considerar que nuestro papel como arqueólogos no radica en hablar por los otros, sino en hablar sin negar a los otros, en circunstancias que ninguna de estas voces debe ser silenciada*”.

O programa de EP em Serra Pelada incluiu outras atividades: um curso para os professores da escola; a exposição “Memórias do Tempo”⁷, que mostrou as múltiplas paisagens temporais na região (desde artefatos arqueológicos até a presença dos/as garimpeiros/as através de suas fotografias); e a produção de um livro que articula arqueologia e patrimônio local (BEZERRA, SCHAAN & CAROMANO, 2012). Essa experiência revelou que entender o papel da cultura material nesse sistema sociocultural e sua agência na vida cotidiana dos/as garimpeiros/as não está além da arqueologia; é um compromisso político. É uma arqueologia comprometida com a justiça social e preocupada pelo passado e pelo presente das comunidades locais negativamente impactadas pelos projetos de desenvolvimento.

⁷

Projeto da museóloga Luzia Gomes Ferreira/UFPA..

DAS EXPERIÊNCIAS QUE AFETAM

What is significant for me is that my ethical affect calls me to engage the question of 'what archaeology actually does in the world'⁸. What are its effects, consequences, ramifications, implications, and experiences for persons, communities, society, cultures, and humanity?

(CASTAÑEDA, 2014: 30)

Miceli, na introdução do livro “Esboço de auto-análise” (BOURDIEU, 2005), reflete sobre a “emoção raciocinada” (2005: 7) de Bourdieu, quando este entremeia passagens de sua vida pessoal com inquietações intelectuais. Ambos sugerem certa indissociabilidade entre o “vivido e o raciocinado” (MICELI, 2005: 11), numa tentativa de “disciplinar as intermitências do afeto” (MICELI, 2005: 7). O afeto, por um lado, provoca o desconforto e, por outro, é transformador da experiência vivida no *campo do trabalho* e no *trabalho de campo*. Favret-Saada (2005: 155), ao tratar do estatuto do afeto na antropologia, afirma ser urgente “reabilitar a velha ‘sensibilidade’ e reconhecer que “afetar e ser afetado” é parte do ofício do etnólogo. Ampliando a reflexão para a arqueologia, a incorporação da dimensão sensível na prática da disciplina não pode ser apenas uma opção herdada de um *zeitgeist* dos anos 1980, deve assumir-se como um reconhecimento de que a experiência total vivida na arqueologia, com a arqueologia, por meio da arqueologia é o que empodera a disciplina como ‘fenômeno sociocultural’, como propõe Castañeda (2008).

Esse fenômeno no mundo contemporâneo pode ser analisado como um ‘fato social total’ (MAUSS, 2003). Em primeiro lugar, porque sua natureza generalizada se refere a esferas de ordem física e simbólica. Os nexos que existem entre a prática da arqueologia e os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais acionados no processo de construção do discurso arqueológico indicam que o ‘fenômeno arqueologia’ reúne uma “multiplicidade de coisas sociais em movimento” (MAUSS, 2003: 187). Em segundo lugar, porque o ‘fenômeno arqueológico’ afeta as realidades sociais e é afetado por ela, revelando a existência de uma dualidade entre sujeito e objeto. Também aponta para a ideia de que se os fatos sociais são totais “não significa apenas que tudo o que é observado faz parte da observação...”⁹ Em uma ciência em que o observador é da mesma natureza que seu objeto, o observador é ele próprio uma parte de sua observação¹⁰” (LÉVI-STRAUSS, 2003: 25). Nesse sentido, o registro arqueológico se compõe de objetos de caráter histórico, com laços com passado e com o presente. Essas materialidades são constituídas e significadas por um “(...) *double subject – the archaeologist in the present and the people in the past*” (LUCAS, 2010: 36). Acrescento outro sujeito - as pessoas no presente - e sugiro estender a afirmativa de Lévi-Strauss (2003: 25), sobre a ‘ordem de grandeza’ de

⁸ Em itálico no original.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

observador e observado, para a arqueologia (ver HABER, 2010: 14). As relações da vida social em suas múltiplas dimensões – tempo e espaço – conferem à nossa prática um caráter eminentemente político.

A arqueologia e a educação patrimonial, no contexto dos projetos de desenvolvimento, são utilizadas pelo Estado como “tecnologia de governo” (ROSE & MILLER, 1992: 186), e o arqueólogo é um instrumento. Ribeiro (2008: 122), ao tratar do impacto dos projetos de grande escala sobre as populações locais e do papel dos agentes externos nesses contextos, afirma: “Antes da existência de um projeto de desenvolvimento, populações locais dificilmente poderiam conceber que seu destino era suscetível de ser seqüestrado por um grupo organizado de pessoas”. Os direitos das comunidades afetadas são sumariamente violados por intervenções mais preocupadas com as coisas do que com as pessoas, como as intervenções apoiadas pela maior parte dos arqueólogos ao oferecer seu serviço técnico. Na Amazônia, a arqueologia está irremediavelmente ligada às histórias locais. Ignorar os seus agentes e suas circunstâncias contemporâneas é reafirmar a invisibilidade das comunidades locais e consolidar o discurso do subdesenvolvimento econômico, da incapacidade técnica e da desvalorização cultural. As ações não reflexivas dos arqueólogos no âmbito dos projetos de desenvolvimento podem convertê-los em sequestradores do passado, da história e, também, do destino e dos direitos das comunidades afetadas.

Minha intenção aqui não é a de satanizar a AC ou os colegas que a ela se dedicam, mas há que se lembrar que o desenvolvimento, como diz Galeano (1982: 14), desenvolve a desigualdade. Nesse sentido, devemos pensar mais seriamente sobre as consequências epistêmicas e políticas de nossas ações no âmbito dos projetos de desenvolvimento e sobre o fato de que uma prática alienante faz da arqueologia cúmplice das desigualdades contra as quais muitas pessoas têm lutado tanto na Amazônia e em outros lugares. Mas as consequências e a lógica do desenvolvimento são, segundo Ribeiro (1987: 7), regulares e previsíveis, portanto, é possível opor-se e evitá-las. O registro das narrativas locais do passado, como no caso discutido aqui com os/as garimpeiros/as de ouro de Serra Pelada, cria um espaço no qual as vozes das comunidades podem expressar-se e desenvolver-se. Esse espaço não depende da arqueologia. Os arqueólogos não são os redutores das narrativas históricas locais, que operam dentro de sua própria lógica e epistemes e para seus próprios fins. Os arqueólogos e as comunidades locais não são as duas faces opostas do conhecimento, mas coexistem de forma relacional (GNECCO, 2011).

AGRADECIMENTOS

A Cristóbal Gnecco, Adriana Dias e aos/as garimpeiros/as da vila de Serra Pelada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. 2004. Conflitos Ambientais: a atualidade do objeto, in ACSELRAD, H. (Org.), *Conflitos Ambientais no Brasil*, Relume Dumará, Fundação Heinrich Böll, Rio de Janeiro, pp.7-11.

- APPADURAI, A. 1986. Introduction: commodities and the politics of value. In: APPADURAI, A. (Ed.), *The Social Life of Things: commodities in cultural perspective*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 3-63.
- APPLE, M. 2003. *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. São Paulo, Cortez/Instituto Paulo Freire.
- AYALA, P.R. 2007. Relaciones entre atacameños, arqueólogos y Estado em Atacama (norte de Chile). *Estudios Atacameños: Arqueología y Antropología Surandinas*, 33: 133-157.
- BEOVIDE, L., CAPORALE, M. 2009. La Arqueología de Contrato em el marco de la gestión integral del patrimonio arqueológico de la región metropolitana de Montevideo. *Revista de Arqueología Americana*, 27: 7- 35.
- BEZERRA DE MENESES, U. T. 2007. Premissas para a Formação de Políticas Públicas em Arqueologia. *Revista do Patrimônio, Iphan*, 33: 37-58.
- BEZERRA, M. 2013. Os Sentidos Contemporâneos das Coisas do Passado: reflexões a partir da Amazônia. *Revista Arqueologia Pública*, 7: 107-122.
- BEZERRA, M. 2012. Signifying Heritage in Amazon: a public archaeology project at Vila de Joanes, Marajó Island, Brazil. *Chungara*, 44 (3): 363-373.
- BEZERRA, M. 2010. 'Nossa Herança Comum': considerações sobre a Educação Patrimonial na Arqueologia Amazônica. In: PEREIRA, E. & GUAPINDAIA, V. (Orgs.) *Arqueologia Amazônica*. Belém, MPEG, vol. 2, pp.1021-1036.
- BEZERRA, M.; RAVAGNANI, L.R. (Orgs.) 2012. *O Verdadeiro Ouro de Serra Pelada: histórias de vida do garimpo*. Belém, GK Noronha.
- BEZERRA, M.; RAVAGNANI, L.R. 2013. "Se eu não tiver a minha bateia, quem vai dizer que sou garimpeira?": a memória, a identidade e as coisas no garimpo de Serra Pelada, Amazônia. *Iluminuras*, 14 (34): 355-360.
- BEZERRA, M., SCHAAN, D.P. & CAROMANO, C.F. (orgs.) 2012. *Arqueologia e Educação Patrimonial em Serra Leste, Curionópolis, Pará*. Belém, GK Noronha.
- BORGES, A. 2013. Sem profissionais, Iphan caminha para a falência, diz diretor. Valor Econômico. Seção Macroeconomia. <http://www.valor.com.br/brasil/3233190/sem-profissionais-iphan-caminha-para-falencia-diz-diretor> (Acesso em 17 de outubro de 2013).
- BOURDIEU, P. 2002. *Campo de Poder, Campo Intelectual: Itinerario de un concepto*. Editorial Montessoro.
- BOURDIEU, P. 2004. *Esquisse pour une auto-analyse*. Raisons d'agir.
- BOURDIEU, P. 2005. *Esboço de Auto-Análise*. São Paulo, Companhia das Letras.
- BRASIL 2013. PAC 2. 2º Balanço – Julho-Setembro de 2011, <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/49d8db11c7ce9549ca01e831e502d23e.pdf>. (Acesso em 10 de agosto de 2013)
- CABRAL, M. P. - *No tempo das pedras moles – arqueologia e simetria na floresta*. Tese de Doutorado). Belém, Universidade de Federal do Pará, 2014.
- CASTANEDA, Q. E. 2008. The 'Ethnographic Turn' in Archaeology. Research Positioning and Reflexivity in Ethnographic Archaeologies. In: CASTANEDA, Q.E., & MATTHEWS, C.N. (Eds.), *Ethnographic Archaeologies: reflections on stakeholders and archaeological practices*. Altamira Press, pp. 25-61.
- CASTAÑEDA, Q. 2014. Situating Activism in Archaeology: The Mission of Science, Activist Affect, and the Archaeological Record. In: ATALAY, S.; CLAUSS, L.; MCGUIRE, R. & WELCH, J. (Eds.), *Transforming Archaeology*. Left Coast Press. (no prelo)

- CATULLO, M. R. 2006. *Ciudades Relocalizadas: una mirada desde la antropología social*. Buenos Aires, Ed. Biblos.
- CHAUÍ, M. 2000. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Moderna.
- CORRÊA, A. L. (ed.). 1979. *Educação de massa e ação comunitária*. Rio de Janeiro, AGGS/MOBRAAL.
- ECKERT, C. 2012. *Memória e Trabalho: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão (La Grand-Combe, França)*. Curitiba, Appris.
- FAVRET-SAADA, J. 2005. Ser afetado (trad. de P. de S.Lopes). *Cadernos de Campo*, 13: 155-161.
- FREIRE, P. 1999. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra.
- FREIRE, P. 2002. *Ação cultural para a liberdade*. São Paulo, Paz e Terra.
- FUNARI, P.P.; ZARANKIN, A.; REIS, J.A. dos (Orgs.) 2008. *Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. São Paulo, Annablume.
- G1. 2013. Vale recebe 'prêmio' de empresa com pior atuação social e ambiental. 'Prêmio' é concedido pelo Greenpeace da Suíça e Declaração de Berna. Vale ficou em 1º lugar em votação aberta ao público, <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2012/01/vale-recebe-premio-de-empresa-com-pior-atuacao-social-e-ambiental.html>. (Acesso em 29 de agosto de 2013)
- GALEANO, E. 1982. *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GNECCO, C. 2011. Antropología y arqueología: relaciones oblicuas. In: AYALA, P. & VILCHES, F. (Eds.), *Teoría Arqueológica en Chile: reflexionando em torno a nuestro quehacer disciplinario*. Qillqa, Universidad Católica del Norte: Universidade de Chile, pp. 25-40.
- GNECCO, C., AYALA, P. (eds.) 2010. *Pueblos Indígenas y Arqueología en América Latina*. Ediciones Uniandes.
- GONÇALVES, J. R. S. 2005. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, 11 (23): 15-36.
- HABER, A. 2010. Arqueología y Desarrollo: anatomia de la complicidad. In: WASSILOWSKY, A. H. (Org.), *Arqueología y desarrollo en América del Sur: De la práctica a la teoría*. Instituto de Estudios Peruanos (IEP): pp. 13-18.
- HILBERT, K. 2006. Qual o compromisso social do arqueólogo brasileiro? *Revista de Arqueologia*, 19: 89-102.
- HODDER, I. 2010. Culture Heritage Rights: from ownership and descent to justice and well-being. *Anthropological Quarterly*, 83 (4): 861-882.
- LAMEGO, V. (Ed.) 2012. *Vale – Nossa História*. Verso Brasil Editora.
- LÉVI-STRAUSS, C. 2003. Introdução à Obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*, Trad. Paulo Neves, São Paulo, Cosac & Naif, pp. 11-46.
- LITTLE, B. J.; SHACKEL, P. A. (eds.) 2007. *Archaeology as a Tool of Civic Engagement*. Altamira Press.
- LONDOÑO, W. 2013. Arqueología para el desarrollo y arqueología del desarrollo: una visión desde Colombia. In: WASSILOWSKY, A. H. (Org.), *Arqueología y desarrollo en América del Sur: De la práctica a la teoría*, Instituto de Estudios Peruanos (IEP), pp.147-166.
- LUCAS, G. 2010. Triangulating Absence: exploring the fault-line between archaeology and anthropology, in GARROW, D. & YARROW, T. (Eds.), *Archaeology & Anthropology: understanding similarity, exploring difference*. Oxford, Oxbow Books, pp. 28 – 39.
- MARSHALL, Y. 2002. What is Community Archaeology? *World Archaeology*, 34 (2): 211-219.
- MATHIS, A.; BRITO, D.C.; BRÜSEKE, F.J. 1997. *Riqueza Volátil: a mineração de ouro na Amazônia*. Belém, Cejup.

- MAUSS, M. 2003. *Sociologia e Antropologia*. Cosac & Naif, São Paulo.
- MCGUIRE, R. 1999. A Arqueologia como Ação Política: o Projeto Guerra do Carvão do Colorado. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Universidade de São Paulo, Supl. 3: 387-397.
- MICELI, S. 2005. Introdução: A Emoção Raciocinada. In: BOURDIEU, P. *Esboço de Auto-Análise*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 7-20.
- OLIVEIRA, J. L. 1989. *As Origens do Mobral*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- PYBURN, K. A. 2009. Practicing Archaeology – As If It Really Matters. *Public Archaeology*, 8 (2-3): 161-175.
- RIBEIRO, G. L. 1987. ¿Cuánto más grande mejor? Proyectos de gran escala: una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos. *Desarrollo Económico*, 27 (105): 3-27.
- RIBEIRO, G. L. 1991. *Empresas Transnacionais: Um Grande Projeto Por Dentro*. São Paulo, Ed. Marco Zero.
- RIBEIRO, G. L. 2008. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos - CEBRAP* [online], 80: 109-125.
- ROCHA, G. 2005. PAS x MOBREAL: Convergências e Especificidades. 28ª Reunião da ANPED, Minas Gerais. <http://28reuniao.anped.org.br/textos/gt18/gt18733int.rtf>. (Acesso em 03 de março de 2013).
- ROSE, N.,; MILLER, P. 1992. Political Power beyond the State: Problematics of Government. *The British Journal of Sociology*, 43 (2): 173-205.
- SABLOFF, J. 2008. *Archaeology Matters: action archaeology in the modern world*. Left Coast Press.
- SCHAAN, D. 2007. Múltiplas Vozes, memórias e histórias: por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico na Amazônia. *Revista do IPHAN: Patrimônio Arqueológico – o desafio da preservação*. Brasília: DF: Iphan, 33: 109- 136.
- SCHAAN, D. P. SANTOS, A. DOS, & W. C. OLIVEIRA. 2011. Programa de Prospecções e Educação Patrimonial em Serra Leste, Curionópolis/PA. *Relatório Final. Volume I*. UFPA, Belém.
- SCHAAN, D. P.,; LIMA, A. P. 2011. Programa de Prospecções e Educação Patrimonial em Serra Leste, Curionópolis/PA. *Relatório Final. Volume II*. UFPA, Belém.
- SCHWARTZ, O. 1990. *Le monde privé des ouvriers*. Hommes et femmes du Nord. Paris, PUF.
- SILVA F., A., BESPALAZ, E.; STUCHI, F.F. 2011. Arqueologia colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Kuatnemu, Rio Xingu, Pará. *Amazônica*, 3 (1): 32-59.
- STANCHI, R. 2013. 'Agora, todos temos trabalho' - Arqueologia preventiva no Brasil: da ilusão da preservação à escavação como um fim (lucrativo) em si mesmo. Apresentado no Inter-Congress of the World Archaeological Congress (WAC): Desvelando a Arqueologia de Contrato, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
- WASSILOWSKY, A. H. 2013. Arqueología y desarrollo en el Perú. In: WASSILOWSKY, A. H. (Org.), *Arqueología y desarrollo en América del Sur: De la práctica a la teoría*. Instituto de Estudios Peruanos (IEP): pp. 75-96.
- ZANETTINI, P. 2009. Projetar o futuro da Arqueologia Brasileira: desafio de todos. *Revista de Arqueologia Americana*, 27: 71-84.
- ZHOURI, A. 2007. Conflitos Sociais e Meio Ambiente Urbano. Comunidades, Meio Ambiente, Desenvolvimento, 17: 1-8, <http://pt.scribd.com/doc/97748326/Andrea-Zhourri-Conflitos-Sociais-e-Meio-Ambiente-Urbano> (Acesso em 06 de setembro de 2013).
- ZHOURI, A.; GOMES, L.A. 2007. Da Invisibilidade à Mobilização Popular: atores e estratégias no licenciamento ambiental das hidrelétricas Capim Branco I e II. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*, UFSC, Florianópolis, Brasil.